



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. É elemento do ato administrativo, **EXCETO**:
 - (A) Competência (ou sujeito).
 - (B) Forma.
 - (C) Finalidade.
 - (D) Presunção de legitimidade.

2. A prerrogativa atribuída à Administração Pública para invadir materialmente a esfera jurídica dos particulares, sem recorrer previamente ao Poder Judiciário, denomina-se:
 - (A) Presunção de validade.
 - (B) Imperatividade.
 - (C) Executoriedade.
 - (D) Exigibilidade.

3. São atributos conferidos ao ato administrativo, **EXCETO**:
 - (A) Presunção de legitimidade.
 - (B) Imperatividade.
 - (C) Finalidade.
 - (D) Executoriedade.

4. De acordo com o princípio da autotutela:
 - (A) Pode a Administração Pública anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, bem como revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.
 - (B) Pode a Administração Pública apenas anular os atos que não estão de acordo com a Lei.
 - (C) Pode o Poder Judiciário revogar os atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
 - (D) O Poder Judiciário e a Administração Pública poderão revogar e anular os atos pela ilegalidade ou pela conveniência e oportunidade.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

5. São modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 (Estatuto dos Contratos e Licitações), **exceto**:

- (A) concorrência;
- (B) pregão;
- (C) tomada de preços;
- (D) leilão.

6. Assinale a alternativa **correta**:

De acordo com o direito positivo, a "Administração Indireta" é composta por:

- (A) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e fundações instituídas pelo Poder Público;
- (B) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e empresas concessionárias de serviço público;
- (C) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público;
- (D) autarquias, órgãos autônomos, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público.

7. A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder:

- (A) de domínio;
- (B) de polícia;
- (C) disciplinar;
- (D) hierárquico;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

8. O ato administrativo pelo qual a Administração extingue o ato válido, por motivos de conveniência e oportunidade, denomina-se

- (A) convalidação
- (B) invalidação
- (C) revogação
- (D) anulação

9. Assinale a alternativa **correta**:

A exclusividade do fornecimento do bem necessário e a notória especialização são hipóteses de:

- (A) inexigibilidade de licitação;
- (B) inexigibilidade ou dispensa de licitação;
- (C) dispensa de licitação;
- (D) n.d.a.

10. Assinale a alternativa **incorreta**:

O edital de licitação é o ato através do qual a Administração Pública:

- (A) divulga o certame;
- (B) determina as condições para participação;
- (C) analisa as condições pessoais dos licitantes;
- (D) fixa as cláusulas do futuro contrato

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Quanto ao prazo diferenciado reconhecido pelo Código de Processo Civil à Fazenda Pública é **INCORRETO** afirmar, conforme jurisprudência pacífica dos Tribunais, que:

- (A) a Fazenda Pública tem prazo em dobro para recorrer.
- (B) a Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para contestar.
- (C) a Fazenda Pública tem prazo em dobro para contrarrazoar os recursos.
- (D) a Fazenda Pública tem prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

12. Considerando a classificação doutrinária segundo a qual existem recursos ordinários e extraordinários, são extraordinários os seguintes recursos:
- (A) Agravo nos próprios autos (art. 544, CPC) e Recurso Especial.
 - (B) Recurso Especial e Extraordinário.
 - (C) Recurso Ordinário constitucional e Recurso Extraordinário.
 - (D) Embargos de Divergência em Recurso Extraordinário e Embargos de Divergência em Recurso Especial.
13. É **CORRETO** afirmar que serão representados em Juízo, ativa e passivamente:
- (A) o Município, apenas por seu prefeito.
 - (B) o espólio, pelos herdeiros.
 - (C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores.
 - (D) o condomínio, pelos condôminos.
14. **NÃO** será levado em consideração para a fixação dos honorários advocatícios:
- (A) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
 - (B) o grau de zelo do profissional.
 - (C) o lugar de prestação do serviço.
 - (D) o tempo de formado do profissional.
15. **FAZ(EM)** coisa julgada:
- (A) a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
 - (B) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
 - (C) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
 - (D) a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

DIREITO CIVIL:

16. De acordo com o Código Civil, é **CORRETO** afirmar, que:
- (A) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - (B) são bens públicos dominicais os rios, mares, estradas, ruas e praças.
 - (C) são bens públicos de uso especial os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
 - (D) os bens públicos dominicais serão sempre inalienáveis.
17. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio **INCORRETO** é:
- (A) da União, o Distrito Federal.
 - (B) dos Estados, onde funcione a administração estadual.
 - (C) do Município, o lugar onde funcione a administração municipal.
 - (D) das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
18. É nulo o negócio jurídicos quando:
- (A) tiver por objeto fraudar lei imperativa.
 - (B) houver vício resultante de dolo.
 - (C) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
 - (D) houver vício resultante de lesão.
19. Com relação à interrupção da prescrição, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) a prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
 - (B) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

(C) a prescrição é interrompida por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

(D) a prescrição pode ser interrompida mais de uma vez.

20. A responsabilidade civil que tem como base a culpa do agente é a:

(A) objetiva.

(B) subjetiva.

(C) indireta.

(D) contratual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Dentre os direitos e garantias fundamentais, assegurados pelo art. 5º da Constituição da República, **NÃO** se inclui:

(A) A liberdade de consciência e de crença;

(B) O direito ao porte de armas;

(C) A liberdade de comunicação;

(D) A inviolabilidade de domicílio.

22. Decorre do princípio da segurança jurídica que:

(A) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;

(B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

(C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

(D) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

23. Sobre o princípio da presunção de inocência, a Constituição Federal dispõe que:
- (A) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
 - (B) Os recursos no âmbito do processo penal são ilimitados;
 - (C) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena;
 - (D) Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.
24. Acerca das garantias constitucionais do processo, aponte a alternativa **CORRETA**:
- (A) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, desde que importantes para a justiça da decisão;
 - (B) Em casos excepcionais, devidamente justificados pela autoridade competente, poderá haver juízo ou tribunal de exceção;
 - (C) É assegurado o segredo de justiça, sempre que assim requerer o autor;
 - (D) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
25. Assinale a alternativa **CORRETA**, acerca do controle de constitucionalidade de normas:
- (A) É cabível ação direta de inconstitucionalidade em face de súmula editada por Tribunal Superior;
 - (B) Em sede de representação por inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, realiza-se o controle de constitucionalidade de norma municipal à luz da Constituição Federal;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

- (C) O provimento de ação direta de inconstitucionalidade por omissão pressupõe a existência de dever de legislar e decurso de prazo razoável, sem que a norma tenha sido editada;
- (D) Qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei, com efeitos erga omnes e vinculantes.
26. A repartição de competências entre os entes federativos (União, Estados e Município) é regida pelo seguinte princípio:
- (A) Princípio da ampla defesa e do contraditório;
 - (B) Princípio da predominância do interesse;
 - (C) Princípio da amplitude;
 - (D) Princípio da hierarquia.
27. Dentre as ações constitucionais, previstas no art. 5º da Constituição Federal, aponta-se:
- (A) Ação de usucapião;
 - (B) Mandado de segurança;
 - (C) Ação demolitória;
 - (D) Ação demarcatória.
28. Acerca dos direitos fundamentais, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) São classificados em três gerações, excludentes entre si;
 - (B) São reconhecidos, apenas, às pessoas físicas civilmente capazes;
 - (C) Os direitos fundamentais previstos na Constituição não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
 - (D) Todas as normas constitucionais que conferem direitos fundamentais dependem de lei para que possam ser efetivamente reconhecidos aos seus titulares.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

29. Em razão da autonomia municipal, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) O Município se rege por Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal;
 - (B) O Município poderá intervir no Estado, em caso de descumprimento das normas constitucionais relativas à repartição de receitas;
 - (C) Os eleitores do Município elegerão seu Prefeito, para mandato de quatro anos;
 - (D) Cabe ao Município instituir os tributos de sua competência e prestar os serviços públicos de interesse local.
30. Dentre as competências Municipais, **NÃO** se inclui:
- (A) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas;
 - (B) A promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais;
 - (C) Zelar pela conservação do patrimônio público;
 - (D) Executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Qual dos seguintes impostos é de competência municipal?
- (A) IRPF – Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.
 - (B) IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - (C) IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automóveis.
 - (D) II – Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros.
32. Qual dos seguintes impostos não é de competência municipal?
- (A) ISSqn – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.
 - (B) IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

- (C) IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (D) ITBI – Imposto sobre Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

33. O tributo que tem como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível é:

- (A) o imposto.
- (B) a taxa.
- (C) a contribuição social.
- (D) o preço público.

34. Com relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

II – O Município não pode utilizar tributo com efeito de confisco;

III – Os templos de qualquer culto possuem imunidade tributária quanto à incidência de impostos.

Estão CERTOS os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

35. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a que contenha uma afirmativa **FALSA**:

- (A) Os Municípios e o Distrito Federal podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) O imposto é uma espécie de tributo.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

- (C) O Direito Tributário é um ramo do Direito Público.
(D) Em casos excepcionais, é possível a instituição de taxas por decreto do Poder Executivo.

36. Com base no regime jurídico das taxas no modelo constitucional brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As taxas não podem ter base de cálculo própria de imposto.
(B) Podem ser cobradas taxas como contrapartida pela prestação de qualquer serviço público.
(C) As taxas são equiparadas, para todos os efeitos, às tarifas, como forma de remuneração de serviços.
(D) O Município pode instituir taxa para custear o serviço de iluminação pública.

37. Com relação ao processo tributário, judicial e administrativo, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I – O Município, por ser ente político, não pode ser réu em ação de execução fiscal.
II – É constitucional exigir depósito como um dos requisitos de admissibilidade de recurso administrativo para o Conselho de Contribuintes.
III – Durante o curso de processo administrativo de consulta regularmente apresentada não correm juros moratórios contra o contribuinte.

Quantas são as assertivas verdadeiras?

- (A) 0.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.

38. Qual das seguintes ações não pode envolver pretensões envolvendo tributos?

- (A) Execução Fiscal.
(B) Ação Anulatória de Débito Tributário.
(C) Mandado de Segurança.
(D) Ação Civil Pública.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

39. Com relação às fontes do Direito Tributário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Toda taxa que não seja instituída por lei – ou ato normativo com força de lei – é inconstitucional.
- (B) Há pelo menos uma taxa que pode ser validamente instituída por Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF).
- (C) O Município pode instituir empréstimo compulsório por medida provisória.
- (D) Lei Municipal que institua o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) pode ser questionada mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), já que todos os requisitos de admissibilidade da ação estarão preenchidos.

40) Julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – O IPTU, de competência municipal, é um imposto cobrado do proprietário de veículos automotores.

II – Compete aos Municípios instituir Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

III – Não compete aos Municípios instituir ISSqn sobre serviços de transporte intermunicipal.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, F, V.
- (B) F, V, F.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, F.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Disserte sucintamente sobre os princípios constitucionais explícitos e os princípios constitucionais implícitos da Administração Pública.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
I CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE

DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL

42. Raphael, domiciliado na Rua do Galo, em São Gonçalo, portador de Diabetes Mellitus, e sem condições financeiras para arcar com os custos da medicação que lhe foi prescrita, procura a Defensoria Pública para a obtenção dos medicamentos em Juízo. Assim, foi proposta ação ordinária, com pedido de fornecimento dos medicamentos e de indenização por danos morais contra o Município de Niterói e o Estado do Rio de Janeiro. O Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Niterói concedeu a antecipação da tutela para que o Município e o Estado fornecessem a medicação em 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). O Município de Niterói recebeu o mandado de citação e intimação da respectiva decisão. Tendo esse contexto fático em vista, responda:

- a) Qual(is) a(s) medida(s) judicial(is) a ser(em) adotada(s) pelo Município de Niterói?
- b) Em que prazo deve(m) ser manejada(s) esta(s) medida(s)?
- c) Quais os argumentos favoráveis a esta municipalidade?

DIREITO CONSTITUCIONAL

43. Diferencie controle concreto (por via incidental) e abstrato (por via principal ou ação direta) de constitucionalidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

44. Discorra sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar.